

# «HOME IS WHERE YOUR HEART IS». EXPERIÊNCIAS MIGRATORIAS FAMILIARES DE TOPOFILIA E DE RESILIÊNCIA TERRITORIAL

FÁTIMA VELEZ DE CASTRO\*

**Resumo:** A noção de pertença geográfica refere-se aos laços afectivos que o indivíduo estabelece com o território. A construção da noção de topofilia baseia-se por isso em concepções pessoais e colectivas, na relação com o território. Em caso de experiências de mobilidade, a dinâmica migratória implicará a (re)construção da identidade numa lógica de resiliência. Então onde é de facto a nossa casa? Como é que a capacidade de resiliência dos sujeitos determina a escolha e permanência em determinados locais e em contexto migratório? Estas e outras questões serão abordadas a partir da discussão de duas obras filmicas. A primeira – *A Gaiola Dourada*, de Ruben Alves (2013); a segunda – *O Caminho das Nuvens*, de Vicente Amorim (2003). Ambas as histórias se cruzam, apresentando dilemas familiares relativamente ao território de pertença e à busca de lugar entre a casa que deixaram e a nova casa.

**Palavras-chave:** Casa; resiliência; topofilia; cinema; geografia.

**Abstract:** The notion of geographic belonging is referred to the affective bonds the individual establishes with the territory. The construction of topophilia is, therefore, based in personal and collective conceptions regarding the territory. In case of experiences with mobility, the migration dynamics will imply the (re)build of the identity in a logic of resilience. So, where is, in fact, our home? How does the subjects' capacity for resilience determine the choice and permanence in certain locations and in the migration context?

These and other questions will be approached from the discussion of two films. The first – *A Gaiola Dourada* (*The Golden Cage*) by Ruben Alves (2013); the second – *O Caminho das Nuvens* (*The Way of the Clouds*) by Vicente Amorim (2003). Both stories cross, presenting family dilemmas regarding the territory of belonging and the quest for a place between the home they left and their new home.

**Keywords:** Home; resilience; topophilia; cinema; geography.

## 1. TOPOFILIA, RESILIÊNCIA TERRITORIAL E MIGRAÇÕES: EM BUSCA DA «CASA»

A noção de pertença geográfica em muito se deve aos laços afectivos que o indivíduo estabelece com o território. A construção da noção de topofilia baseia-se por isso em concepções pessoais, numa íntima relação com as características dos indivíduos. Lima e Rosa<sup>1</sup> corroboram esta ideia ao referir que, ao viver num determinado lugar, os sujeitos desenvolvem relações de pertença no que diz respeito ao ambiente vivido. Segundo os autores, tal facto depende das capacidades de percepção, que têm como resultado interpretações e experiências singulares, o que irá gerar leituras diferenciadas das paisagens e de lugares, sobretudo em termos de configuração, sentimento e manifestação sobre os mesmos.

---

\* Departamento de Geografia/CEGOT, Universidade de Coimbra.

<sup>1</sup> LIMA & ROSA, 2013.

A afinidade desenvolvida para com o território também se constrói com base na conexão estabelecida entre cada um, enquanto ser individual, com a comunidade local, assim como na vivência da cultura nativa. Yi-Fu Tuan deixa esta ideia bem clara em dois momentos da sua obra<sup>2</sup>, acrescentando à importância da cultura e da experiência de vida, o factor ambiente. Tendo em conta as informações e as interpretações resultantes das interacção entre os vários elementos até agora enunciados, o indivíduo estará apto a construir um sistema simbólico associado aos espaços vividos e até mesmo aos espaços não vividos do ponto de vista presencial. Refere o autor que os seres humanos possuem a capacidade de desenvolver comportamentos e uma comunicação baseada numa linguagem de símbolos, pois é a forma mais pragmática de conseguir estabelecer uma relação com os outros e com os espaços em que habita. Trimer<sup>3</sup>, baseando-se na obra de Yi-Fu Tuan, atribui ao «lugar» toda a importância possível para a estruturação identificativa das comunidades e das populações, sendo resultado de uma construção baseada na experiência tanto ao nível individual, como comunitário. Tal facto justifica os cambiantes e a diversidade de relações entre os dois pólos – indivíduo/lugar.

No caso de grupos relativamente sedentários, à primeira vista, a relação topofílica entre o indivíduo/comunidade com o território parece ser algo linear, estável e provável. Caso não se verifiquem alterações estruturais ao nível das experiências de vida, estética e uso da paisagem, do ambiente próximo e do sistema de valores simbólicos e culturais, espera-se uma certa constância de laços e de entendimento afectivo para com o espaço de vida quotidiana.

Porém, em caso de experiências de mobilidade, a dinâmica migratória implicará a (re)construção da identidade íntima/social/territorial. Em contexto migratório, como se (re)constrói a noção de pertença a um lugar? Onde é de facto a nossa casa? Qual o espaço a que pertencemos?

Há um conceito central que auxilia na análise das questões enunciadas, pois clarifica a relação entre o(s) indivíduo(s) e o(s) território(s), assim como justifica as respostas diferenciadas resultantes desta interacção – a resiliência. Segundo Sousa e Cerveny<sup>4</sup>, este conceito refere-se à capacidade de regeneração, adaptação e flexibilidade, qualidades estas atribuídas a sujeitos com capacidade de se recuperar de doenças, catástrofes, guerras, e outras situações traumáticas abruptas ou duradouras. Pode, segundo Miller *et al.*<sup>5</sup>, ser entendido como uma resposta a situações de vulnerabilidade, ou seja, decisões face experiências privação de recursos ou de *stress*/pressão. Em contexto de mobilidade, as autoras invocam os estudos de Heller<sup>6</sup>, que analisou a capacidade de adaptação de filhos de sobreviventes do Holocausto e de Hiroshima, emigrados nos Estados Unidos da América. Embora considerem os resultados prematuros, foi notória a evidência de traços de resiliência individual e cultural dessas populações face a dois cenários extremos de *stress*.

---

<sup>2</sup> TUAN, 1974; TUAN, 2008.

<sup>3</sup> TRIMER, 1983.

<sup>4</sup> SOUZA & CERVENY, 2006.

<sup>5</sup> MILLER, *et al.*, 2010.

<sup>6</sup> HELLER, 1982.

Identificam ainda outros dois grupos de factores que podem condicionar a resiliência, nomeadamente as condições de vida (sociofamiliares, económicas, ambientais, etc., que definem situações de vulnerabilidade) e os traços de personalidade dos indivíduos, nomeadamente a capacidade de adaptação e a competência. A «adaptação» resulta da interacção entre os sujeitos e o ambiente, da qual resultam respostas a vários momentos e situações, pelas quais se consegue atingir um grau de equilíbrio que permite a manutenção da vida; a «competência» é entendida como um padrão de adaptação efectivo ao ambiente, que se modifica de acordo com as fases da vida e do contexto vivido. Folke<sup>7</sup> sublinha que a capacidade dos sujeitos se adaptarem às situações e aos territórios, numa lógica resiliente, cria oportunidades proporcionadas pela modificação das estruturas e dos processos.

Todavia tal não se verifica de forma generalizada. Os estudos que Lee realizou nos anos 60 do século XX, com o objectivo crítico de completar a teoria da atracção-repulsão de Ravenstein, estão de acordo com o definido, já que o autor tenta explicar por que é que, face a determinados contextos sócio-territoriais semelhantes, indivíduos com as mesmas características apresentam respostas diferenciadas de mobilidade<sup>8</sup>. Comprova-se que em parte são as particularidades de cada um que justificam as respostas diferenciadas. Machado<sup>9</sup> não enfatiza apenas os indivíduos, mas também as comunidades que, apesar de estarem expostas a situações e ambientes adversos e hostis, conseguem resistir e ultrapassar as dificuldades experienciadas em situações extremas, permanecendo ou saindo desse espaço, na busca pela segurança ontológica<sup>10</sup>. Regressando aos estudos de Heller<sup>11</sup>, confirma-se o papel da cultura de grupo, ao se defender que a individualidade actua sob a influência das directrizes grupais (tanto as formais como as informais). Neste caso, a cultura migratória de certas populações, que se traduz numa propensão facilitadora da mobilidade coletiva, actua como adjuvante na criação de elementos – dos traços de personalidade (por exemplo, estimulando a confiança) às condições de viagem (por exemplo, promovendo contactos que permitam a instalação no país de destino migratórios) – que possam determinar a resiliência de sujeitos/grupos a territórios de partida e de chegada.

Há uma forte componente territorial integrada no conceito, pois a definição parte, por um lado, das características pessoais, assumindo-se também o colectivo; por outro de factores externos. Autores como Soria, Blandtt e Ribeiro<sup>12</sup> dão essa perspectiva ao definir a resiliência como sendo a capacidade (física, biológica, social, política e psicológica) para enfrentar, vencer e se fortalecer/transformar face a situações de adversidade. Mas também afirmam que a complexidade do conceito deve-se não só às características físicas e psicológicas dos sujeitos, mas também ao ambiente envolvente, ao meio. Identificam por isso

---

7 FOLKE, 2006.

8 VELEZ DE CASTRO, 2011/2013.

9 MACHADO, 2012.

10 GIDDENS, 1990.

11 HELLER, 1982.

12 SORIA, *et al.*, 2007.

formas específicas de resiliência, associadas a contextos espaciais particulares de vulnerabilidade, como por exemplo em meios rurais pobres («resiliência sistémica social-ecologia»), em contexto de riscos naturais ou de violência («resiliência comunitária»). Relativamente ao espaço urbano, Freitas e Estevens<sup>13</sup> defendem que o conceito vai mais longe e se complexifica, integrando outros como «reconversão», «constância», «persistência», «robustez», viabilizando a própria interconexão com a expressão de «inovação social». Embora surja ligado à oportunidade de mudança, causada por uma situação de impacto disruptivo, não bastará apenas a busca do equilíbrio ou da manutenção do sistema anterior.

Acrescente-se, é necessária criatividade na interação dos indivíduos com o território. Sobre esta questão, Santos<sup>14</sup> refere que a essência do conceito se revela na expressão de Charles Darwin, ao afirmar que espécies sobreviventes não são as mais fortes nem as mais inteligentes, mas sim as que melhor se adaptam às mudanças. Considera a resiliência numa dupla perspectiva: por um lado refere-se à capacidade de um sistema absorver perturbações e ainda assim se organizar, mantendo o essencial da sua estrutura; por outro integra várias perspectivas disciplinares e científicas, referindo-se à capacidade para gerar processos de desenvolvimento social e territorial.

Mais do que um mero conceito, este autor sustenta que se trata de uma forma de pensar, muito útil à gestão de territórios. Identifica então as «regiões resilientes» numa base criativa, ou seja, aquelas que se adaptam melhor à mudança, com maior capacidade de aprender e inovar, menos vulneráveis perante a turbulência e os choques externos, tendo maior capacidade de gerir perturbações e de persistir. Num limite ideal, conseguirão eventualmente beneficiar de contextos de crise, evitando disrupções e colapsos. Por isso são regiões mais sustentáveis, em comparação com outras de características semelhantes, mas sem o espírito de resiliência. Nesta linha de ideias, Folke<sup>15</sup> corrobora que a resiliência é uma abordagem, uma forma de pensar, a qual apresenta formas de guiar e organizar estratégias, fornecendo um valioso contexto para análise de diversos sistemas, numa relação entre o sujeito e o território. Assim sendo, e em contexto migratório, como é que a resiliência determina a escolha e a permanência em locais específicos? Até que ponto ajuda a definir projectos migratórios?

Fernandes<sup>16</sup> aborda ambas as questões ao estudar o tema dos «deslocados ambientais» e cita Kliot<sup>17</sup>, comprovando que as deslocações se desenvolvem numa complexa relação de causa-efeito, a qual integra os níveis de desenvolvimento, o grau de resiliência e a vulnerabilidade dos grupos humanos. Uma população resiliente pode adaptar-se às mudanças *in loco*, ou deslocar-se para outros referenciais geográficos *ex loco*, pelo que se pressupõe que estão aptos a criar ou têm mesmo «capital de mobilidade» disponível. A disponibilidade deste recurso, do ponto de vista material e imaterial, assegura-se de grande importância na fase de reterritorialização, pois concorre para o êxito deste processo.

---

<sup>13</sup> FREITAS E ESTEVENS, 2012.

<sup>14</sup> SANTOS, 2009.

<sup>15</sup> FOLKE, *et al.*, 2002.

<sup>16</sup> FERNANDES, 2008.

<sup>17</sup> KLIOT, 2001.

## 2. A RETERRITORIALIZAÇÃO COMO PRODUTO DE CRIAÇÃO DA CASA

Haesbaert e Limonad<sup>18</sup> afirmam que a construção do território resulta da articulação da dimensão material (esfera político-económica) com a dimensão imaterial (esfera simbólica, cultural e de valores), partilhada por um grupo social. E se antes estas «velhas territorialidades» pareciam mais nítidas e mais fáceis de serem identificadas, actualmente, com a intensificação do fluxo de indivíduos de diferentes classes, línguas e religiões, ocorreu uma complexificação dos fenómenos. Além disso, tem-se vindo a intensificar o fluxo de mercadorias, capital, informações, a par da relativização das fronteiras territoriais tradicionais como forma de controlo. Com base na evolução da mobilidade e da globalização, irão gerar-se novas relações entre os indivíduos e os territórios, pelo que será inevitável o processo de reterritorialização<sup>19</sup>.

Haesbaert e Bruce<sup>20</sup>, referindo-se à obra de Deleuze e Guattari<sup>21</sup>, explicam que a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território, de forma voluntária ou involuntária. Num primeiro momento ocorre uma desterritorialização, ou seja, uma perda de território que não é apenas do ponto de vista físico, também dos referenciais sociais, simbólicos, culturais, entre outros. Mas os sujeitos não ficarão para sempre no limbo, pelo que num segundo momento se reterritorializam, ao ganhar um novo território – o de chegada – com referenciais próprios. Hernández i Martí<sup>22</sup> chama a atenção para o facto de, mesmo sem haver deslocação efectiva, o contexto de globalização que se vive no dia-a-dia ser propício à desterritorialização *in loco*, pois em determinados contextos cada vez mais se torna difícil a manutenção da identidade cultural dos territórios, tanto à escala local como à nacional. Tal deve-se, em parte, ao facto de haver uma exposição contínua diária a experiências diversas com origem em lugares remotos (por exemplo, através da comunicação social, pela Internet, etc.), que geram a construção de imagens territoriais sobre «o outro», e que podem ser transferidas para o território quotidiano.

Todavia, a reterritorialização parece ser sempre inevitável. Por um lado, num contexto sedentário ou de mobilidade, quando se empreende um processo de desterritorialização, não quer dizer que este ocorra sempre com carga negativa, conotada com a «perda do local de partida». E mesmo estando presente essa negatividade, os indivíduos tenderão a gerar acções compensatórias, quer no sentido de sobrevivência e adaptação, quer na perspectiva de encontrar o equilíbrio entre o território, a comunidade e a individualidade própria e familiar. É nessa perspectiva que os autores já citados<sup>23</sup> entendem a capacidade de resiliência. Esta característica dos indivíduos e dos territórios dá o contributo decisivo para a estabilidade do processo de reterritorialização, a qual pode ser materializada, entre outros aspectos, pela «construção da casa», entendida neste caso tanto no sentido real –

---

18 HAESBAERT & LIMONAD, 2007.

19 NOJIMA & ALMEIDA JUNIOR, 2007.

20 HAESBAERT & BRUCE, 2002.

21 DELEUZE & GUATTARI, 1997.

22 HERNÁNDEZ I MARTÍ, 2006.

23 FERNANDES, 2008; MACHADO, 2012; FREITAS & ESTEVENS, 2012.

edifício, local de residência estabelecido pela morada – como no figurativo – noção de pertença ou de afinidade com um local ou região, neste caso onde se reside ou pretende residir, onde os laços de afinidade territoriais são mais intensos, segundo Cresswell<sup>24</sup>.

Nesse sentido, será pertinente proceder à análise fílmica de duas obras onde estas questões são retratadas. Orueta<sup>25</sup> destaca o papel do cinema no tratamento, apresentação e modificação das paisagens. Azevedo<sup>26</sup> defende que o filme pode produzir ou desafiar representações colectivas estereotipadas sobre os lugares, uma vez que cada obra cinematográfica enfatiza um determinado olhar sobre o espaço.

A primeira obra – *A Gaiola Dourada*, de Ruben Alves (2013) – diz respeito à história de uma família de emigrantes portugueses em França (pais e um casal de filhos), que empreenderam a sua migração no contexto sócio-político pós-24 de Abril de 1974. A vivência de três décadas no estrangeiro resulta numa reterritorialização e adaptação ao território francês (Paris) em todos os aspectos da vida. Mas um dia, cerca de trinta anos depois de emigrarem, recebem a notícia de que são herdeiros de uma produtiva quinta no Douro, porém na condição de regressarem ao país onde nasceram para continuar o negócio. Após o entusiasmo inicial coloca-se a dúvida do retorno ao país onde nasceram, do qual continuam a ter e a viver referências identitárias, mas que já não é «a casa» onde querem viver.

A segunda – *O Caminho das Nuvens*, de Vicente Amorim (2003) – baseia-se numa história verídica. Apresenta uma família do nordeste brasileiro (pais e cinco filhos) que, de bicicleta, percorre 3200 km até à cidade do Rio de Janeiro. O patriarca pretende arranjar um emprego onde possa ganhar 1000 reais por mês, pois é o valor que considera adequado para sustentar o agregado. A viagem, embora plena de incertezas, violência, fome e cansaço, termina no destino migratório esperado, o que demonstra o forte espírito de resiliência da família. Todavia, permanece a dúvida se é no Rio de Janeiro que irão (re)construir a «sua casa».

Embora tenham como denominador comum a questão migratória, ambos os filmes focam aspectos diferenciados: enquanto n' *O Caminho das Nuvens* se destaca o processo de desterritorialização de um agregado, n' *A Gaiola Dourada* evidencia-se um processo de reterritorialização consolidado, também, de um agregado familiar. Em ambas as obras a centralidade temática está relacionada com a questão da resiliência das personagens, como se relacionam com o(s) território(s) vivenciado(s) nas histórias, assim como a materialização da «casa real» – n' *A Gaiola Dourada*, a necessidade de retorno à quinta no Douro, Portugal; e da «casa figurada» – n' *O Caminho das Nuvens*, onde o final deixa em suspenso a possibilidade de o Rio de Janeiro poder não proporcionar a casa desejada.

---

<sup>24</sup> CRESSWELL, 2009.

<sup>25</sup> ORUETA, 2013.

<sup>26</sup> AZEVEDO, 2006.

### 3. ONDE É A NOSSA CASA? DUAS HISTÓRIAS DE (E)MIGRAÇÃO

#### 3.1. DO NORDESTE BRASILEIRO PARA O RIO DE JANEIRO: EM BUSCA DA «NOVA CASA»

A cena inicial d'O *Caminho das Nuvens* é sibilitica: as personagens encontram-se na «praça do meio do mundo». Em redor a paisagem é plana, árida, de vegetação rarefeita, plena de poeira e desprovida de sinais humanos. Rose, mãe de cinco filhos menores, pergunta ao seu marido Romão, pai das crianças/jovens, se ali é de facto o meio do mundo. Ele não sabe, pois a sua determinação está apenas numa grande certeza, a de que no Rio de Janeiro irá conseguir realizar o projecto migratório a que se propôs. É por isso fundamental deixar a casa modesta no local de origem, desterritorializar-se, efectuar uma deslocação efectiva, para construir a nova casa no local de destino migratório<sup>27</sup>. Câmara<sup>28</sup> refere que neste filme a migração constitui-se como o sonho urbano do protagonista, o qual definiu de forma arbitrária que precisa de 1000 reais para sustentar a família. A deslocação não decorre propriamente das necessidades materiais mais urgentes, pois estas até poderiam ser satisfeitas em várias paragens do filme, mas do apelo por um mundo muito melhor. Os autores constataam que a obra se afasta por isso das condições concretas da vida do nordestino, o qual migra sem tal definição de salário.

Romão deixa bem claro o objectivo da deslocação desde o primeiro momento. O que se segue são dois outros momentos bem definidos: a migração propriamente dita, retratando todas as dificuldades decorrentes; a chegada ao destino e a constatação da possibilidade de ficar ou de estrategicamente continuar.

No que diz respeito à viagem, é notório que a procura da «casa» e a sua localização definitiva – Rio de Janeiro –, mais do que um objectivo, é uma obsessão para o protagonista. Só neste lugar é que Romão concebe a possibilidade de ingressar num emprego que lhe permita ganhar o salário que definiu. Esta ideia, que não é compartilhada de forma definitiva pela mulher e pelos filhos, sobretudo pelo mais velho, é objecto de reflexão e por várias vezes se apresentam elementos/momentos contra e a favor de uma estruturação tão rígida do projecto migratório e da «(re)construção da casa» na cidade.

Destacam-se algumas cenas discordantes do(s) sentido(s) da viagem. No começo do filme, a família priva com um camionista que os adverte da distância e da dureza do percurso, referindo que «é muito chão até ao Rio de Janeiro, cerca de 3000 km», ao que Romão se defende, dizendo que «não tem medo de chão». A uma advertência, o protagonista responde com motivação. Também numa cena posterior a esta, é referido que para se ganhar 1000 reais no Rio tem de se ser «filho da puta» (criminoso). Romão é honesto e não está nos seus planos realizar actividades ilícitas. Até mesmo na paragem de Juazeiro do Norte, quando os filhos António e Ródnei acedem à caixa das esmolas e com elas pagam bilhetes de autocarro para realizarem a viagem para o Rio, o pai recrimina-os severamente, pois apesar de serem pobres e até terem «direito moral» de usarem a verba,

27 HAESBAERT & BRUCE, 2002; FERNANDES, 2008.

28 CÂMARA, *et al.*, 2006.

esta não é especificamente destinada a eles. As passagens acabam por ser destruídas e a viagem continua como até aí: de bicicleta.

De qualquer forma, com a continuação do enredo, e face às condições precárias da viagem, o espectador pergunta-se se valerá a pena continuar ou se haverá mesmo condições para continuarem. É Rose e as crianças que vão «angariando» dinheiro para sobreviver, realizando tarefas precárias (por exemplo, através de espectáculos de rua improvisados, lavando carros nas áreas de serviço), através da recolção (numa das paragens encontram perdido um leitão, que lhes servirá para alimentação; noutra paragem aproveitam a água da chuva para beber e, presume-se, para fazer a higiene), ou até mesmo mendigando (fazem-no em Juazeiro do Norte). Romão manifesta uma atitude contraditória, pois se por um lado não trabalha durante a deslocação, por outro refere que «o homem tem que trabalhar para dar uma boa vida à mulher e aos filhos».

Nenhum tipo de trabalho lhe parece adequado, dando a ideia que se está a preservar para quando chegar ao Rio de Janeiro a sua esposa ficar em casa a cuidar dos filhos, enquanto ele trabalha para sustentar a família e ter uma vida digna (não para enriquecer, como chega a afirmar). Mas esta família tem oportunidade de «reconstruir a sua casa» em dois momentos da migração que não na grande cidade.

O primeiro é quando conhecem o vereador camarário Severino Salgado, que lhe proporciona a integração no território local (Paraíba), ajudando-os a criar algumas relações topofílicas, na perspectiva de Tuan<sup>29</sup>. Rose trabalha como tecedeira e, revelando-se uma óptima artesã, consegue ganhar algum dinheiro; Romão como camionista nem sempre tem trabalho. Os filhos, sobretudo o mais velho, começam a estabelecer relações de amizade com os locais. Mas face a uma situação em que não é o homem quem tem maior rendimento, este decide continuar a viagem.

O segundo momento é quando, na feira de Santana, Romão e três dos filhos são recrutados para trabalhar como figurantes de um espectáculo no *resort* «Parque Caminho das Nuvens» em Porto Seguro. Neste caso a família sente-se estranha e até humilhada neste não-lugar, sem qualquer afinidade territorial, a desempenhar este tipo de actividade e prossegue com a migração. Nem todos concordam com a decisão.

O filho mais velho – António – tenta fixar-se nestes dois lugares. É na sua personagem que é mais visível a importância da estabilidade e da fixação da «casa». Manifesta uma capacidade de resiliência territorial efectiva face ao pai, na perspectiva de Machado<sup>30</sup>, pois o jovem adapta-se com facilidade a espaços/sociedades/funções e trabalhos diferenciados, enquanto o progenitor rejeita sempre estes elementos, não se conseguindo adaptar à realidade imediata. Acaba por deixar os progenitores e ficar «à porta de casa», imediatamente antes de chegar ao Rio de Janeiro, trabalhando na construção civil. Antevê-se o que poderia ser uma boa opção para toda a família, com ganhos razoáveis, porém o pai continua irredutível. A incapacidade de resiliência a esse território, nas imediações do destino migratório, demonstra que Romão não possui capacidade de pensamento diver-

---

<sup>29</sup> TUAN, 2008.

<sup>30</sup> MACHADO, 2012.



gente, tão-pouco um projecto flexível de migração, pelo menos até chegar ao destino e constatar com certa desolação, por fim, que talvez essa possa não ter sido a melhor escolha estratégica do ponto de vista territorial.

Todavia há elementos que compelem a continuação da viagem, apesar de todas as dificuldades. Neste contexto, o papel da fé é decisivo, já que integra um conjunto de sinais que corroboram uma ideia inicial e profética apresentada no início do filme: a de que Romão é um homem predestinado. No centro religioso de Juazeiro do Norte, a família passa uma das piores fases da viagem. Enfraquecidos pela fome, mendigam por entre os peregrinos que nada lhes dão, que lhes recusam esmola ou comida. À beira da exaustão, Romão consegue a proeza de levantar uma mesa «milagrosa» exposta no centro religioso, associada ao Padre Cícero, de quem a família é devota. Esta cena, assim como outra análoga onde visitam a estátua do Padim, constituem-se como elementos divinos que os compelem a continuar para o destino, como se fosse um indício de que tudo irá correr como o previsto.

Além disso, e apesar da reticência do filho mais velho, a esposa e os outros filhos menores acabam por seguir Romão. O encontro com a personagem de Gideão é um momento importante onde se reflecte sobre o facto de se ter optado por uma migração de carácter familiar. Aos aspectos positivos (apoio afectivo) é sobreposta a questão aparentemente negativa do «atraso» provocado pela vulnerabilidade física feminina e infantil, que não permite o avanço diário pretendido (recorde-se que a viagem é feita de bicicleta). Mas ao longo da história percebe-se que a capacidade de resiliência, não tanto quanto aos espaços onde passam mas referente ao processo de deslocação, em muito se deve ao trabalho de equipa («comunitário»), tal como Soria, Blandtt e Ribeiro<sup>31</sup> identificam.

Por fim, o Rio de Janeiro. O filho mais velho «cresce» ao longo da viagem e fica para trás, melhor dizendo, escolhe um destino migratório diferente, tornando-se autónomo dos pais. Já na cidade, Rose e os filhos, num comportamento resiliente, adaptam-se ao novo território desenvolvendo actividades capazes de prover o sustento da família através da interacção com os turistas que visitam o Cristo Redentor (cantando, vendendo objectos para recordação). Romão não faz o mesmo, mas também não consegue arranjar um emprego em que ganhe 1000 reais. Não se revê na cidade, na sua dinâmica, nas actividades, nos indivíduos. Percebe-se, por um lado, que a imagem territorial construída em torno do projecto migratório se afastou da realidade encontrada. Por outro, que a incapacidade de adaptação e a ausência de resiliência individual condiciona as escolhas familiares, projetando no final uma «migração sem fim». Assim sendo, equaciona prosseguir para Brasília, plano com o qual a esposa não concorda. Fica a questão em aberto: se a «nova casa» não se encontra no Rio de Janeiro (aí não é o «meio do mundo»), como na referência inicial do filme), onde faz sentido edificá-la?

---

31 SORIA, *et al.*, 2007.

### 3.2. DE PARIS PARA O DOURO PORTUGUÊS: O «REGRESSO A CASA»

Se n' *O Caminho das Nuvens* a direcção do fluxo migratório é o de ida, com toda a dinâmica que tal implica e que se pode sintetizar na «busca da casa», no que diz respeito ao filme *A Gaiola Dourada*, o movimento é inverso. De uma família de sete elementos, que se desterritorializa do Nordeste do Brasil para tentar a reterritorialização no Rio de Janeiro, passa-se à história de uma família de quatro elementos, que, depois de reterritorializados na cidade de Paris, têm oportunidade de regressar ao lugar da sua territorialidade inicial: o Douro em Portugal.

Maria e José partem em 1979 com Paula, a filha pequena, para França, tal como muitos portugueses o tinham feito nos anos 60 e 70 do século XX. Procuravam como fim último um melhor nível de vida para si e para os seus descendentes, sendo que se percebe que a migração terá sido impulsionada também por uma desavença com o irmão de José, relacionada com a posse de bens imobiliários e negócios enológicos análogos. O casal consegue emprego, ele como encarregado da construção civil, ela como porteira de um luxuoso prédio. E são trabalhadores exemplares, sérios, esforçados, competentes, com uma óptima reputação tanto para os patrões franceses como para a comunidade de conterrâneos a residir em Paris. Também os filhos estão bem integrados, a mais velha – Paula – como advogada num escritório da capital, o mais novo – Pedro Henrique – ainda estudante. O início do filme mostra que o processo de reterritorialização parece estar concluído com sucesso.

Sousa<sup>32</sup> refere que nesta obra o realizador mostra uma realidade contemporânea em que se esbateram os complexos de «portugalidade», entendida como a ideia de pertença a Portugal, porém sem nunca se terem perdido símbolos, tradições e rituais lusitanos, os quais foram sendo integrados no quotidiano do país de destino migratório. Ao longo do filme, são visíveis as referências a Portugal: a alusão gastronómica ao bacalhau (almoço de domingo em família) e ao pastel de nata (lanche de Maria com a irmã Lurdes e a amiga Rosa); a banda sonora com a música «A casa portuguesa»; decoração da casa de José e Maria com vários elementos nacionais (um quadro com os três Pastorinhos, um quadro de crochet com o busto de Amália Rodrigues, um cartaz com Laura Alves, o cachecol de Portugal no táxi do marido de Lurdes, etc.), o uso de expressões em língua portuguesa, entre outros aspectos.

E também a ideia da casa em Portugal. José tem no seu cacifo do trabalho uma velha fotografia de uma habitação antiga, no seu país natal. Não refere directamente os planos de voltar ou não, sendo inclusive acusado pelos colegas de durante todos os anos de migração, não ter investido numa casa onde possa regressar em férias ou definitivamente (reforma). Não são claros os planos, porém o espectador fica com a ideia de que ele pensa na casa que deixou ou que gostaria de ter em Portugal. Também a amiga Rosa, empregada doméstica na casa do patrão de José, um empresário da construção civil, folheia numa das cenas da primeira parte do filme uma revista sobre imobiliário à venda no país de origem.

---

32 SOUSA, 2014.

Entende-se as vivências das personagens numa perspectiva multiterritorial, segundo Haesbaert<sup>33</sup>, na medida em que foram realizadas mudanças quantitativas – acesso físico e simbólico a dois territórios – mas também qualitativa, já que têm a capacidade de combinar a vivência concomitante entre vários lugares.

Contudo, o quotidiano rotineiro desta família vai ser alterado com uma notícia inesperada: a morte do irmão de José permite que lhe seja deixada em herança a casa da fotografia do cacifo, assim como a quinta vinhateira pertencente, a qual gera um rendimento anual bastante elevado. Mas há um ponto contratual que é necessário cumprir: o casal deve fixar novamente residência em Portugal. Com os filhos independentes e muitos anos de trabalho em Paris, que conduziu à estabilidade económica e social da família, estão reunidas as condições de regresso. Após o entusiasmo inicial coloca-se a dúvida: queremos de facto «regressar a casa»? Onde está de facto a nossa casa?

As dúvidas dos pais derivam, segundo a perspectiva de Lima e Rosa<sup>34</sup>, do desenvolvimento de relações de pertença para com o ambiente vivido, que certamente resultaram de experiências positivas do processo migratórios. Por sua vez, isso reflectiu-se numa apropriação singular do(s) lugar(es), ou seja, concretizou-se num quotidiano estável, onde foi possível atingir os objectivos propostos no projecto migratório. Não se sabe porém se um dos mesmos seria o retorno mas, perante a reacção dos protagonistas, se alguma vez essa hipótese se colocou. Perante a iminência do regresso, verificaram que a deslocação do objecto-espço afectivo, resultou numa materialização topofílica para com França, Paris, o bairro de residência, a sua rua, enfim, a sua pequena casa de portaria.

Os filhos não pretendem regressar, deixando isso bem claro. Paula, ainda muito pequena, acompanhou os pais na migração, sendo que as referências topofílicas iniciais não estão no país onde nasceu mas antes para o qual emigrou. Além disso, mais adiante no filme, irá revelar que está grávida e pretende casar com Charles, o seu namorado francês (filho do patrão de José). Também Pedro Henrique não se mostra disponível para regressar, por estar a estudar e querer continuar a fazê-lo em França, assim como pela (possível) relação afectiva com a colega Cassiopée.

E se a posição dos filhos e as próprias reticências quanto ao retorno poderiam causar a dúvida, eis que a tomada de posição pela rede de conterrâneos e de autóctones acaba por estimular a ambiguidade da decisão. Lurdes, a irmã de Maria, simula uma grave doença do marido para que a irmã permaneça em Paris e a ajude a edificar o seu sonho – ser proprietária de um restaurante de comida portuguesa; Francis Caillaux, patrão de José, atribui-lhe a construção de uma obra importante para a continuação da empresa, assim como lhe aumenta o salário; a senhora Reichert, moradora e responsável pelo condomínio onde Maria trabalha, alivia-a do trabalho de limpeza do prédio, assim como desbloqueia verba para as obras no pequeno apartamento que o casal e os dois filhos habitam no rés-do-chão do imóvel.

---

<sup>33</sup> HAESBAERT, 2007.

<sup>34</sup> LIMA E ROSA, 2013.

De referir que no ponto em que a história é contada (processo de reterritorialização concluído), não há referências evidentes à capacidade de resiliência das personagens. No entanto, e uma vez que são evidentemente úteis, aliás, indispensáveis aos padrões franceses e à comunidade portuguesa, e dado o sucesso do seu projecto migratório, pode-se extrapolar que Maria e José tenham uma capacidade de resiliência que os fez ultrapassar as dificuldades próprias de uma migração, adaptando-se convenientemente às circunstâncias sociais e laborais<sup>35</sup>. Esta visão é corroborada pela filha Paula, que por várias vezes no filme critica o facto de os pais serem demasiado dedicados quanto ao trabalho, assim como muito vigilantes no que diz respeito às normas morais da comunidade portuguesa. Esta postura pode ser considerada uma forma de resiliência sócio-territorial.

Por fim, o casal toma uma decisão. Não são eles que «retornam a casa», mas sim a filha mais velha e o marido, grávida, que irá ter o bebé em Portugal, como que num movimento inverso ao que a sua mãe/avós fizeram há três décadas atrás. A herança pertence-lhes, mas a administração da propriedade é deixada ao jovem casal. Esta não é uma situação exclusiva da ficção, já que o retorno de jovens luso-descendentes a Portugal, isto é, a procura de residência e trabalho de filhos de emigrantes portugueses nascidos no estrangeiro, é uma realidade actual<sup>36</sup>.

A cena final apresenta Maria, José e Pedro Henrique a chegarem ao país de origem para fazer férias na sua quinta do Douro, onde já estão instalados Paula e Charles. A eles junta-se a família e os amigos franceses, assim como algumas «pessoas da terra», num lauto almoço. Apesar de disporem de uma vida confortável do ponto de vista económico, continuam com os seus trabalhos e residência em França, assim como com hábitos quotidianos normais, os quais poderiam ser realizados por terceiros (por exemplo, isso é evidente quando lavam à mão alguma loiça do almoço, sendo que é referido que eles não teriam necessidade de fazer isso). Viverão a partir daí uma experiência multiterritorial intensa, «divididos» entre dois territórios, o de partida que se tornou novo destino migratório, entre «duas casas» edificadas de facto.

#### 4. CONCLUSÃO

O Cinema como área e a produção fílmica como instrumento, têm vindo a ganhar grande importância não só para a interpretação como para a construção de paisagens. Além de produzir, o filme pode desafiar a representação topológica do ponto de vista do realizador e do espectador.

Tendo em conta a pertinência cinematográfica para a abordagem de fenómenos geográficos, os filmes analisados permitem discutir como é que os diferentes momentos das experiências migratórias podem gerar diferentes dinâmicas relacionais entre os indivíduos e os territórios, no que diz respeito aos processos de topofilia e de resiliência sobre a noção locativa da «casa».

---

<sup>35</sup> MACHADO, 2012.

<sup>36</sup> TORRADO, 2012.

N' *O Caminho das Nuvens*, os protagonistas resistem resilientemente às agruras de uma viagem de bicicleta de 3200 km, do Nordeste para o Sul do Brasil; n' *A Gaiola Dou-rada*, a estabilidade topofílica de uma família de emigrantes portugueses em França é ameaçada pelo retorno coagido em torno de uma herança. Enquanto no primeiro caso, o final aberto deixa antever a possibilidade da continuação da viagem e do projecto migratório, em busca da localização da casa, no segundo caso, em que o final encerra o enredo, há a resolução da dúvida, sendo que o casal permanecerá entre as duas casas. Não obstante da necessidade física da estrutura habitacional, estão em causa sobretudo as relações afectivas que as personagens estabelecem com os locais, tanto com aqueles que já viveram e conhecem (exemplo de José e Maria), como com aqueles onde gostariam de viver mais desconhecem (exemplo de Romão e Rose). Pois a localização ideal da casa pode estar apenas *where your heart is*.

## BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, Ana F. (2006) – *Geografia e Cinema*. In: SARMENTO, J.; AZEVEDO, A. F.; PIMENTA, J. R. – *Ensaio de Geografia Cultural*. Porto: Editora Figueirinhas: p. 59-70.
- CÂMARA, António S., et al. (2006) – *O Caminho das Nuvens: representação da vida no Nordeste ou saga urbana?* «O Olho da História», n.º 9, ano 12, p. 1-7.
- CRESSWELL, Tim (2009) – *Place: a short introduction*. Londres: Wiley Blackwell.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix (1997) – *Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- FERNANDES, João Luís J. (2008) – *Insegurança ambiental e migrações. Contributo para uma sistematização de conceitos*. «Quinto Encuentro: Migraciones, causas y consecuencias». Málaga: Eumed.Net, Universidade de Málaga.
- FOLKE, Carl, et al. (2002) – *Resilience and sustainable development: building adaptive capacity in a world of transformations*. Suécia: Environmental Advisor Council to the Swedish Government. Artigo científico.
- FOLKE, Carl (2006) – *Resilience: the emergence of a perspective for social-ecological systems analyses*. «Global Environmental Change», 16, p. 253-267.
- FREITAS, Maria João; ESTEVENS, Ana (2012) – *Territórios resilientes, criativos e socialmente inovadores: desafios e paradoxos à transformação e mudança face a disrupções e processos com expressões difusas e diluídas no tempo*. «VII Congresso Português de Sociologia». Porto: FLUP.
- GIDDENS, Anthony (1996) – *The consequences of modernity*. Oxford: Stanford University Press.
- HAESBAERT, Rogério; BRUCE, Glauco (2002) – *A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari*. «GEOgraphia», vol. 4, n.º 7, p. 7-22.
- HAESBAERT, Rogério (2007) – *Território e multiterritorialidade: um debate*. «GEOgraphia», ano IX, n.º 17, p. 19-45.
- HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester (2007) – *O território em tempos de globalização*. «ETC-Espaço, Tempo e Crítica, Revista Electrónica de Ciências Sociais Aplicadas», n.º 2(4), p. 30-52.
- HELLER, D. (1982) – *Themes of culture and ancestry among children of concentration camp survivors*. «Psychiatry», vol. 45, n.º 3, p. 247-261.
- HERNÁNDEZ I MARTÍ, Gil-Manuel (2006) – *The deterritorialization of cultural heritage in a globalized modernity*. «Journal of Contemporary Culture», n.º 1, p. 92-107.
- KLIOT, Nurit (2001) – *Environment, migration and conflict: a critical review*. «International Workshop: Environmental change: implications for population migrations». Wengen: [s.e.].

- LIMA, Ozanir R. de; ROSA, Odelfa (2013) – *Percepção e topofilia: relações e sentimentos sobre a paisagem da cidade de Catalão (GO)*. «II Simpósio de Estudos Urbanos: a dinâmica das cidades e a produção do espaço». Brasil: SEURB, Paraná-Campo Mourão.
- MACHADO, André B. M. L. M. (2012) – *Percepção do risco e implementação de uma cultura de segurança: construindo comunidades educativas resilientes*. Lisboa: IGOT, Universidade de Lisboa. Dissertação de mestrado.
- MILLER, Fiona, et al. (2010) – *Resilience and vulnerability: complementary or conflicting concepts?* «Ecology and Society», 15(3): 11, p. 1-25.
- NOJIMA, Vera L. M. S.; ALMEIDA JUNIOR, L. N. (2007) – *Globalização e desterritorialização: reflexões preliminares sobre uma ideologia*. «ALCEU», vol. 7, n.º 14, p. 96-116.
- ORUETA, Agustín G. (2013) – *Producindo lugares: industria cinematográfica e imaginario espacial*. «Anales de Geografía», vol. 33, n.º 1, p. 33-61.
- SANTOS, Fernando T. (2009) – *Resiliência estratégica para um desenvolvimento sustentável*. «Estudos Regionais», n.º 20, p. 29-40.
- SORIA, Heliana B. E.; BANDTT, Lucinaldo S.; RIBEIRO, Jorgeane C. (2007) – *Resiliência: a capacidade de adaptação e/ou transformação nas desigualdades sociais*. «III Jornada Internacional de Políticas Públicas», S. Luís do Maranhão.
- SOUSA, Vítor (2014) – *O filme «A Gaiola Dourada»: reflexões sobre o regresso em força da emigração portuguesa e a «portugalidade» de uma gaiola (cada vez menos) dourada*. «Observatório Journal», vol. 8, n.º 3, p. 39-74.
- SOUZA, Marilza T. S.; CERVENY, Ceneide M. O. (2006) – *Resiliência: uma introdução à compreensão do conceito e suas implicações no campo da psicologia*. «Revista de Ciências Humanas», vol. 12, n.º 2.
- TEIXEIRA, Paulo E.; BRAGA, António M. C.; BAENINGER, Rosana, org. (2012) – *Migrações: implicações passadas, presentes e futuras*. S. Paulo: Editora UNESP.
- TORRADO, Meirelle H. (2012) – *Os descendentes de emigrantes portugueses em França: o reencontro com as suas raízes*. Lisboa: Universidade Aberta. Tese de Mestrado.
- TRIMER, Joseph F. (1983) – *Yi-Fu Tuan: the composing of worlds*. «Journal of Teaching Writing», vol. 2, n.º 2, p. 181-191.
- TUAN, Yi-Fu (1974) – *Topofilia. Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Rio de Janeiro: Difel.
- (2008) – *Space and place. The perspective of experience*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- VELEZ DE CASTRO, Fátima (2011/2013) – *Imigração e territórios em mudança. Teorias e prática(s) do modelo de atracção-repulsão numa região de baixas densidades*. «Cadernos de Geografia», 30/31, p. 203-213.

## FILMOGRAFIA

- ALVES, Ruben, *real.* (2013) – *A Gaiola Dourada*. França.
- AMORIM, Vicente, *real.* (2003) – *O Caminho das Nuvens*. Brasil.